

**INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO
SANTOS DUMONT**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

Demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios e Administradores do
Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont
Macaíba - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 18 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269 - S - RN

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-9 - S - RN

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante - Recursos com restrição				Circulante - Recursos com restrição			
Contrato de Gestão - MEC				Contrato de Gestão - MEC			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.336.771	18.927.706	Contrato de Gestão	12	15.275.862	26.563.059
Adiantamentos e outros créditos	5	93.662	91.351	Obrigações tributárias	8	18.384	16.076
		9.430.433	19.019.057	Obrigações sociais	9	188.262	112.240
Verba FMS Macaíba				Contas a pagar	10	200.967	38.731
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.353.401	2.082.521	Provisões de férias e encargos	11	566.546	293.296
Adiantamentos e outros créditos	5	32.818	50.586	Provisão para passivo contingente	13	-	18.413
		3.386.219	2.133.107			16.250.041	27.041.815
Circulante - Recursos sem restrição				Verbo FMS Macaíba			
Verba Livre				Contrato FMS Macaíba	12	800.442	1.625.388
Caixa e equivalentes de caixa	3	64.247	25.510	Obrigações tributárias	8	1.438	3.742
		64.247	25.510	Obrigações sociais	9	51.417	104.581
Verba Prefeitura				Contas a pagar	10	18.143	27.808
Caixa e equivalentes de caixa	3	244.443	157.022	Provisões de férias e encargos	11	157.409	401.331
Valores a receber	4	-	71.356			1.028.849	2.162.850
		244.443	228.377	Circulante - Recursos sem restrição			
Total ativo circulante				Verba Livre			
		13.145.342	21.406.051	Contas a pagar		9.800	-
Não circulante - Recursos com restrição						9.800	-
Contrato de Gestão - MEC				Verba Prefeitura			
Intangível	7	14.660	14.660	Obrigações tributárias	8	562	1.502
Imobilizado	7	8.712.673	9.436.703	Obrigações sociais	9	-	611
(-) Depreciação acumulada	7	(1.907.725)	(1.426.605)	Contas a pagar	10	7.400	16.000
		6.819.608	8.022.758			7.962	20.113
Bens de terceiros				Total passivo circulante			
Bens de terceiros - UFRN	6.1	18.899.168	19.148.158			17.296.652	29.224.778
Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	6.2	28.483.713	65.411.455	Não circulante - Recursos com restrição			
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6.3	367.960	367.960	Contrato de Gestão - MEC			
Bens administrados de terceiros	6.4	(10.968.058)	(13.076.822)	Bens de terceiros	6.1	18.899.168	19.148.158
		105.090	105.090	Bens de terceiros - UFRN	6.2	28.483.713	65.411.455
		36.887.873	71.955.841	Bens de terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	6.3	367.960	367.960
Verba FMS Macaíba				(-) Ajuste de vida útil econômica - bens de terceiros	6.4	(10.968.058)	(13.076.822)
Imobilizado	7	33.635	36.956	Bens administrados de terceiros		105.090	105.090
(-) Depreciação acumulada	7	(9.832)	(7.214)			36.887.873	71.955.841
		23.803	29.742	Verba FMS Macaíba			
Não circulante - Recursos sem restrição				Recursos FMS	12	1.499.321	-
Verba Livre				Recursos MS	12	881.852	-
Imobilizado	7	36.082	5.999			2.381.173	-
(-) Depreciação acumulada	7	(4.484)	(655)	Não circulante - Recursos sem restrição			
		31.598	5.144	Verba Livre			
Verba Prefeitura				Bens recebidos em doação - a realizar		31.598	5.144
Imobilizado	7	33.577	24.217			31.598	5.144
(-) Depreciação acumulada	7	(10.738)	(5.134)	Total passivo não circulante			
		22.839	19.084			39.300.644	71.960.985
Total ativo não circulante				Patrimônio líquido			
		43.785.721	80.032.569	Patrimônio social	18	252.858	406.094
Total do ativo				Superávit (déficit) acumulado		80.909	(153.237)
		56.931.063	101.438.620			333.767	252.857

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita Bruta Prestação de Serviços Saúde			
Receita operacional - MEC			
Contrato de Gestão realizado	19	11.717.629	8.040.779
Voluntários (+)	22	14.950	26.460
Isenções (+)	19	1.956.286	1.724.886
		13.688.865	9.792.125
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)			
Prestação de serviços		181.572	206.774
Convênio Prefeitura		123.850	-
(-) COFINS		-	-
		305.422	206.774
Receita Operacional - Verba Livre			
Doações		8.669	2.500
Patrocínios		8.400	-
		17.069	2.500
Receita Operacional - FMS Macaíba			
Contrato FMS Macaíba realizado	19	2.099.271	3.591.077
		2.099.271	3.591.077
Receita líquida	19	16.110.627	13.592.476
Despesas operacionais - MEC	20		
Despesas gerais - Sede		(2.327.572)	(2.220.923)
Despesas gerais - CP IIN-ELS Macaíba		(4.450.304)	(4.028.277)
Despesas gerais - CEP Saúde		(3.563.718)	(1.730.307)
Despesas gerais - CEC Macaíba		-	(3.160)
Despesas gerais - CEC Serrinha		-	(3.568)
Despesas gerais - CEC Natal		-	(2.410)
Despesas gerais - Campus do Cérebro		(1.376.035)	(52.134)
Voluntários (-)	22	(14.950)	(26.460)
Isenções (-)	20	(1.956.286)	(1.724.886)
		(13.688.865)	(9.792.125)
Despesas Operacionais - Prefeitura (SUS)	20		
Despesas administrativas		(275.806)	(367.329)
Despesas tributárias		(6)	(332)
		(275.812)	(367.661)
Despesas Operacionais - Verba Livre	20		
Despesas administrativas		(25.589)	(21.294)
Despesas tributárias		-	(1.634)
		(25.589)	(22.928)
Despesas Operacionais - FMS Macaíba	20		
Despesas administrativas		(181.490)	(461.572)
Despesas com pessoal		(1.916.441)	(3.127.124)
Despesas tributárias		(459)	(650)
Despesas financeiras		(881)	(1.732)
		(2.099.271)	(3.591.078)
(=) Superávit líquido/(déficit) antes do resultado financeiro		21.090	(181.316)
Resultado financeiro - Prefeitura (SUS)	21		
Receitas financeiras		3.529	9.908
Despesas financeiras		(1.167)	(1.607)
		2.362	8.301
Resultado financeiro - Verba Livre			
Receitas financeiras		177	679
Despesas financeiras		(1.377)	(1.073)
		(1.200)	(394)
Outras Receitas - Verba Livre			
Outras Receitas		58.657	20.172
		58.657	20.172
(=) Superávit líquido/(déficit) do exercício		80.909	(153.237)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit líquido/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	311.167	94.927	406.094
Incorporação do superávit do exercício anterior	94.927	(94.927)	-
Superávit do exercício	-	(153.237)	(153.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	406.094	(153.237)	252.857
Incorporação do déficit do exercício anterior	(153.237)	153.237	-
Superávit do exercício	-	80.909	80.909
Saldos em 31 de dezembro de 2020	252.858	80.909	333.767

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT - ISD

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
	#	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido/(déficit) do exercício	80.909	(153.237)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	499.788	458.196
Baixa de depreciação de bens do ativo imobilizado	(8.817)	-
Provisão para contingências	(18.413)	18.413
	553.467	323.372
Variações nos ativos e passivos - MEC		
Adiantamentos e outros créditos	(2.311)	5.536
Obrigações tributárias	2.308	3.899
Obrigações sociais	76.042	(59.433)
Contas a pagar	162.236	(128.922)
Provisões de férias e encargos	273.250	(279.718)
	511.525	(458.638)
Variações nos ativos e passivos - Prefeitura		
Valores a receber	71.356	70.378
Obrigações tributárias	(940)	490
Obrigações sociais	(611)	(679)
Contas a pagar	(10.600)	(4.555)
	59.205	65.634
Variações nos ativos e passivos - Verba FMS Macaíba		
Adiantamentos e outros créditos	17.768	(32.143)
Obrigações tributárias	(2.304)	3.742
Obrigações sociais	(53.164)	67.549
Contas a pagar	(9.665)	9.344
Provisões de férias e encargos	(243.922)	256.113
	(291.287)	304.605
Variações nos ativos e passivos - Verba Livre		
Contas a pagar	9.800	-
	9.800	-
Caixa líquido das atividades operacionais	842.709	234.973
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição imobilizado tangível - MEC	(622.883)	(384.197)
Aquisição imobilizado tangível - Prefeitura	(9.360)	(2.984)
Aquisição imobilizado tangível - Verba FMS Macaíba	-	(9.347)
Aquisição imobilizado tangível - Verba Livre	(30.083)	(4.900)
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.350.234	10.294
Baixa de bens administrados de terceiros	-	-
Baixa de bens de terceiros	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	687.908	(391.134)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contrato de Gestão - MEC	(11.287.195)	9.700.806
Recursos Verba FMS Macaíba	(824.946)	(998.070)
Recursos FNS	1.499.321	-
Recursos MS	881.852	-
Bens recebidos em doação - a realizar	26.454	4.558
Caixa líquido das atividades de financiamento	(9.704.514)	8.707.294
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.173.897)	8.551.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.192.759	12.641.626
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.018.862	21.192.759
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.173.897)	8.551.133
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

1. Informações gerais

Contexto operacional

O Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont ("Entidade" ou "Instituto") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social (OS) nos termos da lei 9.637 de 15 de maio de 1998, por meio de Decreto Presidencial de 27 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 28 de fevereiro de 2014. O Instituto obteve a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, conforme Portaria nº 1.592 de 04 de outubro de 2018, publicada no D.O.U em 10 de outubro de 2018. Constituído em 25 de setembro de 2013, o Instituto possui sua sede administrativa e filiais na cidade de Macaíba, estado do Rio Grande do Norte.

O Instituto tem por missão/objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação, promovendo o ensino em todos os seus níveis, e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas da ciência e do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas. Poderá ainda o Instituto prestar serviços na área da saúde materno infantil e suas interfaces com neurociências, neuroengenharia e reabilitação motora sensorial, visando a formação de profissionais da área de saúde.

Em julho de 2014 o Instituto firmou Contrato de Gestão com o Ministério da Educação – MEC. O Plano de trabalho a ser executado pelo Instituto engloba Metas e Indicadores de: Desempenho, Diretrizes Estratégicas, Sistemas de Avaliação e as Principais Ações no período 2014-2017 (prazo de execução do Contrato de Gestão). Em 28 de dezembro de 2017 foi assinado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2018. Em 21 de novembro de 2018 foi assinado o 6º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2019. Em 26 de dezembro de 2019 foi assinado o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2020. Em 21 de dezembro de 2020 foi assinado o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão que prorrogou a vigência até 31/12/2021.

No âmbito da assistência em saúde, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita) foi habilitado, conforme a Portaria nº 1.430/SAS/MS, de 17 de outubro de 2016, como Centro Especializado em Reabilitação CER-III, o qual oferece assistência a 03 tipos de deficiências: Auditiva, Motora e Intelectual. Em 21 de dezembro de 2018, foi firmado, o Termo de Convênio entre o Fundo Municipal de Saúde e o Instituto, com previsão de valor global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2019. Em 02 de janeiro de 2020, foi firmado novo Termo de Convênio com previsão global de R\$ 2,4 milhões para o ano de 2020.

No contexto da pandemia do coronavírus, o Instituto adotou esquema especial de trabalho, que incluiu home office para funções de caráter administrativo e acadêmico, e escala de plantão para atividades operacionais. Em que pese a adoção dessas medidas, as metas institucionais previstas para o ano de 2020 foram atingidas em sua grande maioria, como pode ser observado no Relatório Anual deste mesmo ano, disponível em www.institutosantosdumont.org.br.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro e pelas normas completas (IFRS completas), para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A Administração do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 18 de fevereiro de 2021.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

Custo amortizado: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;

Valor justo por meio do resultado: Todos os demais ativos financeiros.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Empresa, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Entidade são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado.

Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9. Intangível

Refere-se a gastos pré-operacionais, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.12. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.13. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

2.14. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 184 do Regulamento de Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.16. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB / CPC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2019. Segue abaixo a avaliação do Instituto dos impactos destas novas normas e interpretações.

IFRS 16 Leases

O IFRS 16 (CPC 06) tornou-se obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substituiu o IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permaneceram substancialmente os mesmos em comparação às normas anteriores. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Essa norma não trouxe impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a recursos recebidos para aplicação nas finalidades descritas:

Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Educação – MEC: Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS); e do Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safrá (IIN-ELS), ambos localizados em Macaíba-RN.

Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde – FMS: Implantação e Operação do Centro Especializado em Reabilitação (Auditiva, Física e Intelectual) na unidade do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (CEPS). Captação de recursos através de projetos apresentados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD.

	Órgão	2020	2019
Caixa (Sede)	MEC	204	340
Caixa (CP - IIN-ELS Macaíba)	MEC	1.512	949
Caixa (CEP - Saúde - Anita Garibaldi)	MEC	1.357	1.868
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	MEC	-	6.000.000
Banco do Brasil (Aplicação)	MEC	9.333.698	12.924.549
		9.336.771	18.927.706
Caixa (Centro de Reabilitação)	FMS	692	60
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	FMS	274.550	-
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	PRONAS/PCD	371.922	-
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	PRONAS/PCD	509.929	-
Banco do Brasil (Aplicação)	FMS	2.196.308	2.082.461
		3.353.401	2.082.521
Caixa e Equivalentes de Caixa – Com Restrição		12.690.171	21.010.227
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Recursos próprios	63.571	-
Banco do Brasil (Aplicação)	Recursos próprios	20.676	25.510
Banco do Brasil (Conta-Corrente)	Pref. Mun. Macaíba	50.402	-
Banco do Brasil (Aplicação)	Pref. Mun. Macaíba	194.041	157.022
Caixa e Equivalentes de Caixa – Sem Restrição		328.690	182.532
		13.018.862	21.192.759

As aplicações financeiras são compostas principalmente de certificados de depósitos bancários, cuja liquidez é imediata com taxa de remuneração média no ano de 2020 de 2,76% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), mantidos em bancos com bom rating de avaliação e com boa reputação no mercado.

4. Valores a receber

	2020	2019
Convênio Prefeitura – Faturamento	-	61.356
Convênio Prefeitura – Verba STORCH	-	10.000
	-	71.356

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a análise do vencimento do saldo do Contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

Contas a receber por idade de vencimento	2020	2019
A vencer	-	71.356
	-	71.356

5. Adiantamentos e outros créditos

	2020	2019
MEC		
Empréstimos a receber – Filiais	2.174	998
Adiantamento de férias	86.678	87.948
Adiantamento para despesas	442	-
Seguros a apropriar	4.368	2.405
Total MEC	93.662	91.351
FMS		
Adiantamento de férias	26.312	50.586
Seguros a apropriar	6.506	-
Total FMS	32.818	50.586
	126.480	141.937

Este grupo é composto pelos seguros contratados do exercício 2020, cujo período de vigência beneficiam o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos diversos, empréstimos entre as filiais e valores a recuperar das atividades operacionais.

6. Bens de terceiros

Contas de compensação

Conforme permitido no item 26 do ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade controla em conta de compensação transações ao direito de uso dos bens de terceiros.

	2020	2019
Bens de Terceiros - AASDAP	18.899.168	19.148.158
Bens de Terceiros - UFRN	28.483.713	65.411.455
Bens de Terceiros - Secretaria de Saúde Macaíba	367.960	367.960
(-) Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens de Terceiros	(10.968.058)	(13.076.822)
Bens Administrados de Terceiros	105.090	105.090
	36.887.873	71.955.841

Ajuste de vida útil econômica

Refere-se a amortização do direito de uso dos bens de terceiros, com base na vida útil econômica ou prazo de vigência dos contratos, dos dois o menor, sendo: Acordo de Cooperação Científica AASDAP (10 anos), Cessão de Uso de Bem Público UFRN (25 anos) e Cessão de Uso de Bem Público SMSM (2 anos).

	2020	2019
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens AASDAP	(5.516.232)	(3.666.255)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens UFRN	(5.221.851)	(9.364.572)
(-) Ajuste de vida útil econômica - bens SMSM	(229.975)	(45.995)
	(10.968.058)	(13.076.822)

6.1. Acordo de Cooperação Científica

Refere-se a um Acordo de Cooperação Científica assinado entre o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont e a Associação Alberto Santos Dumont para Apoio a Pesquisa – AASDAP. Tem por finalidade viabilizar o funcionamento do Instituto, permitindo o uso de todos os bens e equipamentos disponíveis, uma vez que a AASDAP possuía estrutura nos respectivos locais.

	2020	2019
IIN-ELS Macaíba	15.601.976	15.804.183
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	3.297.192	3.343.975
	18.899.168	19.148.158

6.2. Cessão de Uso de bem público

A cessão de uso de bem público tem por objeto a cessão de uso de uma área de 995.000 m² e das benfeitorias (acessões físicas) nela existentes, além do patrimônio móvel de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, inclusive aqueles até então na posse da AASDAP em razão dos contratos de gestão do Centro Educacional de Macaíba e do Centro de Pesquisa de Macaíba. Em 17 de janeiro de 2020, seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (T.C.U.), UFRN e Instituto assinaram Termo Aditivo Supressivo na qual a área foi fracionada da seguinte forma: I – 695.000 m² devolvidos para a UFRN e II – 300.000 m² permanecendo na posse do Instituto.

Consolidação do Patrimônio Móvel e Imóvel objeto do Contrato de Cessão UFRN x ISD - Projeto Campus do Cérebro	Descrição	Quant.	2020	2019
ESCOLA LÍGIA LAPORTA	Mobiliário	663	370.573	370.573
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Mobiliário	(5)	(3.177)	-
	Equipamentos	52	200.435	200.435
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Equipamentos	(31)	(62.855)	-
	Edificação	1	23.345.499	23.345.499
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Edificação	(1)	(23.345.499)	-
Soma Parcial I			504.976	23.916.507
CENTRO DE PESQUISA	Equipamentos	13	1.236.784	1.236.783
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Equipamentos	(5)	(168.567)	-
Mobiliário/Equipamentos antes na posse da AASDAP	Mobiliário/ Equipamentos	240	733.597	733.597
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Mobiliário/ Equipamentos	(44)	(25.875)	-
	Edificação	1	20.452.600	20.452.600
Soma Parcial II			22.228.539	22.422.980
CAMPUS DO CÉREBRO (Gleba e Infraestrutura)				
Gleba de 99,5 ha - Sem Benfeitorias	Imóvel	1	16.746.927	16.746.927
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Imóvel	(0,7)	(11.697.728)	-
Rede de Distribuição de Energia	Obras	1	782.236	782.236
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Obras	(0,7)	(546.392)	-
Projetos e Infraestrutura Viária	Obras	1	1.542.805	1.542.805
(-) Devolução conforme Ofício nº 034/2020	Obras	(0,7)	(1.077.650)	-
Soma Parcial III			5.750.198	19.071.968
CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO MÓVEL E IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO DE CESSÃO PELO PRAZO DE 25 ANOS (I + II + III)	Imóvel/Obras/ Edificações	4	26.202.799	62.870.067
	Mobiliário/ Equipamentos	883	2.280.914	2.541.388
CONSOLIDAÇÃO GERAL DO OBJETO DA CESSÃO			28.483.713	65.411.455

6.3. Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba

Refere-se a um Termo de Cessão de Uso de Bem Público assinado entre o Instituto e a Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba. Tem por finalidade viabilizar o transporte de pacientes, através de furgões adaptados, para compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

	2020	2019
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde - Anita Garibaldi	367.960	367.960
	367.960	367.960

7. Imobilizado

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	2020	2019
TANGÍVEL			
Bens em Uso – Verba Livre			
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	8,4-18,5%	9.990	4.900
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	15,2-20,0%	26.092	1.099
(-) Depreciação Acumulada		(4.484)	(855)
Imobilizado Líquido - Verba Livre		31.598	5.144
Bens em Uso – Contrato de Gestão			
Máquinas e equipamentos	4,5-51,7%	261.406	281.891
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	5,2-50,0%	806.837	624.134
Instalações	1,2-7,8%	159.773	159.773
Veículos	8,3%	78.960	78.960
Equipamentos médicos	5,1-19,2%	178.260	174.760
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	6,0%	-	3.500
Aparelhos telefônicos	5,3-21,0%	4.980	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	0,3-77,0%	777.336	738.842
Outros Imob. - Pedagógicos ou Operacionais	4,8-12,7%	115.884	115.884
Benfeitorias em Bens de Terceiros - AASDAP	10%	1.648.333	1.648.333
Benfeitorias em Bens de Terceiros – UFRN (i)		4.680.904	5.605.646
(-) Amortização/Depreciação Acumuladas		(1.907.725)	(1.428.605)
Imobilizado Líquido – Contrato de Gestão		6.804.948	8.008.098

(i) Não iniciou a amortização devido a obra ainda encontrar-se em andamento.

Bens em uso – Verba Prefeitura

Máquinas e equipamentos	20,6%	1.485	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	10,0-23,3%	21.863	21.233
Equipamentos médicos	10%	8.730	-
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	18,1%	1.499	1.499
(-) Depreciação acumulada		(10.738)	(5.134)
Imobilizado Líquido - Verba Prefeitura		22.839	19.083

Bens em uso – Verba FMS Macaíba

Máquinas e equipamentos	20,8%	2.260	5.581
Equipamentos médicos	5,1-22,2%	31.375	31.375
(-) Depreciação acumulada		(9.832)	(7.214)
Imobilizado Líquido - Verba FMS Macaíba		23.803	29.742

INTANGÍVEL

Marcas e Patentes	14.660	14.660
Intangível – Contrato de Gestão	14.660	14.660

A amortização/depreciação total do período, lançada em despesas é de R\$ 1.813.780 (R\$ 458.196 em 2019).

A movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2020 segue:

	2019	Adições	Baixas	Transf.	2020
TANGÍVEL					
Bens em Uso – Verba Livre					
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	4.900	5.090	-	-	9.990
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.099	24.993	-	-	26.092
(-) Depreciação acumulada	(855)	(3.629)	-	-	(4.484)
Total Verba Livre	5.144	26.454	-	-	31.598
Bens em Uso – Contrato de Gestão					
Máquinas e equipamentos	281.891	10.313	(30.798)	-	261.406
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	624.134	182.703	-	-	806.837
Instalações	159.773	-	-	-	159.773
Veículos	78.960	-	-	-	78.960
Equipamentos médicos	174.760	-	-	3.500	178.260
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	3.500	-	-	(3.500)	-
Aparelhos telefônicos	4.980	-	-	-	4.980
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	738.842	38.494	-	-	777.336
Outros Imob. - Pedagógicos ou operacionais	115.884	-	-	-	115.884
Benfeitorias em bens de terceiros – UFRN	5.605.646	391.373	(1.316.115)	-	4.680.904
Benfeitorias em bens de terceiros - AASDAP	1.648.333	-	-	-	1.648.333
(-) Amortização/depreciação acumuladas	(1.428.605)	(487.301)	8.181	-	(1.907.725)
Total Contrato de Gestão	8.008.098	135.582	(1.338.732)	-	6.804.948

Bens em Uso – Verba Prefeitura

Máquinas e equipamentos	1.485	-	-	-	1.485
Móveis, utensílios e eletrodomésticos	21.233	630	-	-	21.863
Equipamentos médicos	-	8.730	-	-	8.730
Computadores, periféricos e eletroeletrônicos	1.499	-	-	-	1.499
(-) Depreciação acumulada	(5.134)	(5.604)	-	-	(10.738)
Total Prefeitura	19.083	3.756	-	-	22.839

Bens em Uso – Verba FMS Macaíba

Máquinas e equipamentos	5.581	-	(3.321)	-	2.260
Equipamentos médicos	31.375	-	-	-	31.375
(-) Depreciação acumulada	(7.214)	(3.254)	636	-	(9.832)
Total FMS	29.742	(3.254)	(2.685)	-	23.803

INTANGÍVEL

Marcas e patentes	14.660	-	-	-	14.660
Total Intangível	14.660	-	-	-	14.660

8. Obrigações Tributárias

	2020	2019
Contrato de Gestão		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	6.520	7.750
IRRF a recolher	2.013	1.690
ISS a recolher	9.851	6.636
	18.384	16.076
Verba Prefeitura		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	425	1.010
IRRF a recolher	137	215
ISS a recolher	-	277
	562	1.502
Verba FMS Macaíba		
PIS/COFINS/CSLL a recolher	679	1.871
IRRF a recolher	126	344
ISS a recolher	633	1.527
	1.438	3.742
	20.385	21.320

9. Obrigações Sociais

	2020	2019
Contrato de Gestão		
IRRF a recolher – Terceiros	1.218	-
IRRF s/ folha a recolher	109.454	59.921
INSS a recolher	18.207	13.302
FGTS a recolher	46.244	25.041
INSS a recolher – Terceiros	13.159	13.976
	188.282	112.240
Verba Prefeitura		
INSS a recolher – Terceiros	-	611
	-	611
Verba FMS Macaíba		
IRRF s/ folha a recolher	23.587	56.057
INSS a recolher	11.126	14.794
FGTS a recolher	15.312	30.539
INSS a recolher – Terceiros	1.392	3.191
	51.417	104.581
	239.699	217.432

10. Contas a Pagar

	2020	2019
Verba Livre		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	9.800	-
	9.800	-
Contrato de Gestão		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	190.993	27.697
Seguros a pagar	9.974	11.034
	200.967	38.731
Verba Prefeitura		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	7.400	18.000
	7.400	18.000
Verba FMS Macaíba		
Fornecedores e Prestadores de Serviço a pagar	15.969	26.810
Empréstimo a pagar – Filiais	2.174	998
	18.143	27.808
	236.310	84.539

11. Provisões de férias e encargos

	2020	2019
Contrato de Gestão		
Férias	524.579	271.571
FGTS s/ Férias	41.967	21.725
	566.546	293.296
Verba FMS Macaíba		
Férias	145.749	371.603
FGTS s/ Férias	11.660	29.728
	157.409	401.331
	723.955	694.627

12. Contrato de Gestão MEC, Contrato FMS Macaíba e MS PRONAS/PCD - NBC TG 07 (R2)

São recursos financeiros provenientes do Contrato de Gestão firmado com o MEC, do Termo de Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba – RN e da captação de recursos via projetos PRONAS/PCD, e tem como objetivo principal, operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, o Instituto presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, o Instituto atendeu NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e a ITG 2002 (R1).

A entidade recebeu desde 2014 até o exercício corrente, bem como suas realizações as seguintes subvenções do Poder Público:

Exercício	Concedente	Recebido	Realizado
2020	Governo Federal – MEC	-	11.717.629
2020	Governo Federal – MS PRONAS/PCD	881.852	-
2020	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.474.550	2.099.271
2019	Governo Federal – MEC	17.000.000	8.040.779
2019	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.438.775	3.591.077
2018	Governo Federal – MEC	12.000.000	12.209.425
2018	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	2.400.000	2.192.315
2017	Governo Federal – MEC	22.500.000	21.256.594
2017	Governo Municipal – Fundo Mun. de Saúde	3.000.000	894.764
2016	Governo Federal – MEC	20.000.000	19.871.845
2015	Governo Federal – MEC	-	18.626.812
2014	Governo Federal – MEC	29.693.901	4.027.705
		112.389.078	104.528.216

Saldos a realizar referente às subvenções recebidas:

	2020	2019
Contrato de Gestão	15.275.862	26.563.059
Contrato FMS Macaíba	2.299.763	1.625.388
PRONAS/PCD	881.852	-
	18.457.477	28.188.447

13. Provisão para passivos contingentes - NBC TG 25 (R2)

Em atendimento a NBC TG 25 (R2), e respaldado por documentos recebidos da assessoria jurídica do Instituto, não são esperadas perdas prováveis que devam ser registradas e causas possíveis para divulgação em nota explicativa nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

14. Áreas de atuação

14.1. Saúde

Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi (Anita):

Com foco na formação, desenvolvimento e educação permanente de profissionais de saúde, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e políticas educacionais, o Anita realizou 33.851 atendimentos exclusivamente aos usuários do SUS, nas seguintes áreas: Pré-natal; Serviço de Assistência Especializada às gestantes e crianças vivendo com HIV/AIDS (SAE Materno-infantil); Infectologia na Gravidez; Medicina Fetal; Puericultura; Pediatria; Neurologia Infantil; Eletroencefalografia; Ultrassonografia; Fisioterapia em Neuropediatria e Estimulação Precoce do Recém-nascido; Fisioterapia na Saúde da Mulher; Psicologia Adulto e Infantil; Serviço Social e Laboratório de Análises Clínicas.

Recebeu 277 alunos de seis cursos de graduação ao longo do ano, sendo cinco da UFRN e um da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que realizaram estágios curriculares obrigatórios nas instalações do Anita e consumiram 9.303 horas das 10.232 horas disponíveis, superando a meta pactuada de 90%.

No mais, ofereceu treinamento em campo para 66 profissionais, sendo 56% na residência médica e 44% na residência multiprofissional. Um total de 60.004 horas de preceptorial foi registrado no ano, divididas entre a saúde materno-infantil e a atenção à saúde da pessoa com deficiência.

14.2. Pesquisa científica

Centro de Pesquisa do IIN-ELS de Macaíba

O Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safrá (IIN-ELS) oferece, desde 2013 o Programa de Pós-Graduação em Neuroengenharia (PPGN), credenciado pela CAPES em 2013 (33280010001P2), responsável pelo primeiro curso de mestrado na área reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O PPGN é um programa multidisciplinar inserido na área de Engenharia Biomédica que possui duas linhas de pesquisa: Interface Cérebro-Máquina e Neuromodulação. Por meio da neuroengenharia se busca compreender o Sistema Nervoso Central (SNC) e desenvolver tratamentos e tecnologias ainda inexplorados para distúrbios neurológicos, como a restauração de funções sensoriais, motoras e cognitivas.

Dos 15 mestrados do ISD com previsão de conclusão do curso em 2020, nove defenderam suas dissertações dentro do prazo regular do curso, de até dois anos. Na média, os alunos levaram 24,9 meses até o dia da defesa, o que representa um alcance de 70,6% da meta pactuada com o MEC para o período.

Em relação ao índice de aproveitamento de egressos, dos 19 mestres formados pelo IIN-ELS em 2019, 15 (79%) atuavam na academia como docentes ou discentes; 3 (15,7%) estavam no mercado como consultores ou em outras atividades e 1 (5,3%) virou pesquisador durante o ano de 2020. O grau de alcance da meta pactuada com o MEC foi de 111,1%.

Foram publicados 15 artigos científicos em periódicos indexados, com 77,8% de pesquisadores autores do ISD, próximo do alcance da meta pactuada, de 80%. Dos 81 alunos de pós-graduação do Instituto, 43 (53%) registraram produção científica em 2020, em um total de 47 publicações entre artigos científicos, participações em eventos, capítulos de livros e vídeos de divulgação científica.

No mais, novos laboratórios foram abertos para usuários externos, alcançando 3,6% de ocupação das instalações por colaborações com pesquisadores de outras instituições, acima da meta pactuada de 3%.

14.3. Atendimentos no âmbito da saúde

A atividade para fins de CEBAS do INSTITUTO, se dá exclusivamente pela saúde, por meio da mantida Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi, unidade exclusiva para atendimento ambulatorial e reabilitação.

Devido ao fato de o atendimento ser somente para usuários SUS, a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), os atendimentos prestados. Por não haver atendimentos Não-SUS, não constará informações no Sistema de Comunicação e Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA).

No quadro abaixo, demonstra-se, o quantitativo dos Atendimentos Ambulatoriais Realizados e o percentual atingido:

	2020
Quantidade de procedimentos ambulatoriais SUS	25.388
Ambulatorial SUS	25.388
Percentual SUS final ao CEBAS	100%

15. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Entidade optou pelo método INDIRETO na elaboração do Fluxo de Caixa.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamento são as seguintes:

- Contrato de Gestão MEC, Verba Prefeitura e Verba FMS Macaíba

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

- Imobilizado

16. Seguros

O Instituto mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais e bens de terceiros.

17. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e não possuía em 31 de dezembro de 2019, quaisquer transações como interveniente garantidora.

18. Patrimônio Líquido

	2020	2019
Patrimônio Social	333.767	252.857
	333.767	252.857

18.1. Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio social do Instituto é de R\$ 333.767 (R\$ 252.857 em 2019). Na composição deste saldo, houve a transação usual de reconhecimento do déficit/superávit do exercício anterior com diminuição/aumento do Patrimônio Social no exercício vigente.

18.2. Destinação do superávit (déficit) /aumento (redução) de patrimônio social

Por ser entidade sem fins lucrativos, o Instituto não remunera, sob nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. O déficit/superávit do exercício de 2020 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e NBC ITG 2002 (R1) em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. O superávit do exercício de 2020 será incorporado do Patrimônio Social.

19. Receita

	2020	2019
Receita Operacional - Verba Livre		
Doações	8.669	2.500
Patrocínios	8.400	-
	17.069	2.500
Receita Operacional – MEC		
Contrato de Gestão-Realizado (Nota 12)	11.717.629	8.040.779
Voluntários (+)	14.950	26.460
Isenções (+)	1.956.286	1.724.886
	13.688.865	9.792.125
Receita Operacional - Prefeitura (SUS)		
Prestação de Serviços	181.572	206.774
Convenio Prefeitura	123.850	-
	305.422	206.774
Receita Operacional - FMS Macaíba		
Contrato FMS Macaíba-Realizado (Nota 12)	2.099.271	3.591.077
	2.099.271	3.591.077
Receita Líquida	16.110.627	13.592.476

20. Natureza das despesas e custos reconhecidos na demonstração do resultado

O Instituto apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em sua função. As informações sobre a natureza das principais despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Resumo das Despesas Operacionais		
Gastos com Pessoal e Encargos Sociais	(8.661.361)	(7.947.926)
Depreciação e Amortização	(1.813.780)	(458.196)
Serviços Profissionais	(2.527.328)	(2.565.317)
Ocupações, Utilidades e Serviços	(440.936)	(425.694)
Locações Diversas	(29.617)	(48.686)
Despesas Administrativas	(568.688)	(482.776)
Despesas com Viagens	(56.155)	(63.422)
Despesas Tributárias/Financeiras	(20.436)	(30.428)
Voluntários	(14.950)	(26.460)
Isenções	(1.956.286)	(1.724.886)
	(16.089.537)	(13.773.791)

	2020	2019
Detalhamento das Despesas Operacionais:		
Verba Livre		
Despesas Administrativas	(25.589)	(21.294)
Despesas Tributárias	-	(1.634)
	(25.589)	(22.928)
MEC		
Despesas Gerais - Sede	(2.327.572)	(2.220.923)
Despesas Gerais - CP IIN-ELS Macaíba	(4.450.304)	(4.028.277)
Despesas Gerais - Anita	(3.563.718)	(1.730.307)
Despesas Gerais - Campus do Cérebro	(1.376.034)	(52.134)
Voluntários	(14.950)	(26.460)
Isenções	(1.956.286)	(1.724.886)
	(13.688.865)	(9.792.125)
PREFEITURA		
Despesas Administrativas	(275.806)	(367.329)
Despesas Tributárias	(6)	(332)
	(275.812)	(367.661)
FMS - Macaíba		
Despesas com Pessoal	(1.916.441)	(3.127.124)
Despesas Administrativas	(181.490)	(461.572)
Despesas Tributárias	(459)	(650)
Despesas Financeiras	(881)	(1.731)
	(2.099.271)	(3.591.077)
	(16.089.537)	(13.773.791)

21. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras – Verba Livre	177	679
Rendimento com aplicações financeiras – Prefeitura	3.529	9.908
	3.706	10.587
Despesas financeiras		
Despesas bancárias – Verba Livre	(1.377)	(1.073)
Despesas bancárias – Prefeitura	(1.167)	(1.607)
	(2.544)	(2.680)
Resultado financeiro	1.162	7.907

22. Voluntário

Conforme ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

O montante desse serviço em 2020 corresponde a R\$ 14.950 (R\$ 26.460 em 2019). O valor ora realizado está registrado em contas específicas e reconhecido na receita e na despesa.

23. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

23.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

23.2. Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela administração da Entidade.

23.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: (a) taxas de câmbio; (b) risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; (c) risco significativo de estrutura de capital.

24. Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, o Instituto obteve, em 04 de outubro de 2018, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que tem validade por 3 (três) anos.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse, gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.956.286 (R\$ 1.724.886, em 2019), tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

24.1. Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no artigo 195, III, § 7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei.

25. Eventos subsequentes

A Administração do Instituto considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2020 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 15 de fevereiro de 2021.

25.1. Termo de Convênio – Fundo Municipal de Saúde

Em 01 de janeiro de 2021, a Entidade firmou Termo de Convênio com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de prestar serviços de atenção ambulatorial especializada em reabilitação: Auditiva, Física e Intelectual, realizando diagnósticos, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva a serem prestados em caráter complementar a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

O incentivo financeiro, oriundo do Fundo Nacional de Saúde, possui valor mensal de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido na Portaria nº 835 GM/MS de 25 de abril de 2012 e Portaria nº 2.617 GM de 01 de novembro de 2013.

A Entidade também poderá ser remunerada mediante emissão de faturas por serviços prestados conforme Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP/DATASUS/MS), e o valor mensal estimado é de R\$ 124.343,29 (cento e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos).

25.2. Termo de Convênio – Secretaria Municipal de Saúde

Em 01 de janeiro de 2021, a Entidade firmou Termo de Convênio com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Macaíba-RN, com o objetivo de oferecer a população de Macaíba-RN, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), serviços de saúde especializados para atender a demanda de atenção pré-natal, gravidez de alto risco, medicina fetal, infectologia na gravidez bem como todo atendimento compreendido dentro do Serviço de Atenção Especializada às Gestantes de Crianças vivendo com HIV/AIDS.

A Entidade será remunerada mediante atendimentos realizados conforme tabela anexa ao Termo de Convênio, e o valor mensal estimado poderá chegar a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).